MEDIDAS HIGIENISTAS ADOTADAS NO PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA (1923-34)-PELOTAS/RS

Magda de Abreu Vicente¹
UFPeL
magdabreu@gmail.com

Giana Lange do Amaral
UFPeL
giana@ufpel.tche.br

RESUMO:

Esta pesquisa foi desenvolvida como parte de trabalho de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação. Tem como objetivo analisar as normas higiênicas no Patronato Agrícola Visconde da Graça, no período de 1923 até 1934, na cidade de Pelotas-RS e entender o enquadramento das discussões higiênicas em voga no Brasil, a partir das notícias vinculadas no jornal Diário Popular e das fichas dos alunos desta instituição. O texto, inicialmente, esboça as discussões brasileiras que elaboram o discurso higienista. Usa, para tal, referências bibliográficas que buscaram explicitar esta questão. Posteriormente, adentramos nesta discussão em parâmetros locais, especificamente na cidade de Pelotas, através das notícias publicadas no jornal pelotense Diário Popular e também através de alguns pesquisadores que aqui buscam entender as questões referentes às normas de higiene na cidade e na escola. Ao mesmo tempo analisamos como estas questões eram abordadas dentro do Patronato, através dos registros anotados nas fichas dos alunos que ali estiveram no período estudado, pesquisadas no Acervo Escolar.

Palavras-chave: Instituição Escolar. Órfãos. Higiene e Patronato.

HYGIENISTS MEASURES ADOPTED AT THE PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA (1923-34) – PELOTAS/RS

ABSTRACT:

This research was developed as part of work with the Masters Program Graduate, Federal University of Pelotas, School of Education. Aims to analyze the hygiene in Agricultural Employers Visconde da Graça, the period from 1923 to 1934, the city of Pelotas and understand the framework of discussions hygienic favored in Brazil, from the linked stories in the newspaper People's Daily and records of students of this institution. The text, initially, outlining the discussions that elaborate Brazilian speech hygienist. Uses for such references that sought to explain this issue. Later, we enter this discussion on local parameters, specifically the city of Pelotas, through the news published in the newspaper Diário Popular pelotense and also from here that some researchers seek to understand the issues about the hygiene standards in town and at school. At the same time we analyze how these issues were addressed within the Patronato, through the records entered into the records of students who were there in the period studied, researched Bookseller School.

Keywords: School Institution. Orphans. Hygiene and Patronato.

1 A preocupação com a higiene no Brasil

A partir do século XIX houve uma forte incorporação e discussão sobre o discurso médico no Brasil. Esse discurso estava relacionado com a legitimação da Medicina como ciência médica e como possuidora de um saber específico. Esse saber, considerado como científico e que refutava qualquer tipo de medicação não científica (homeopatia, curandeiros, indígenas, escravos e medicina oriental, etc.), irá incorporar-se nos costumes sociais. Incidindo aí o modo como passaram a ser feitas as construções (arquitetura), o monopólio do saber pela “arte de curar”, o disciplinamento dos corpos (corpo modelado, higienizado) e a higiene na escola. Assim, impõe-se um modelo de organização escolar, em que a higiene será o discurso que impera:

Para tanto, apela-se aos argumentos científicos que recobrem um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, do ingresso dos alunos, do tempo e dos saberes escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, da alimentação, do sono, do banho, das roupas, dos recreios, da ginástica, das percepções, da inteligência, da moral e, inclusive, das excreções corporais (GONDRA, 2000, p. 527).

É salutar a higiene como espaço de preocupação escolar. Nas primeiras décadas do século XX, o escolanovismo² e o entusiasmo pela educação surgem como “movimentos” que irão incorporar também o discurso higiênico. Estes são fruto das questões políticas, sociais e econômicas da primeira república que anseiam por modificações condizentes com o caráter de república que o Brasil ainda não havia conseguido incorporar na prática. A questão da democracia é levantada por dois grupos que diferem: os partidos que apregoam uma educação formal e os educadores que apregoam uma educação como ponte para o progresso do país, meio essencial para tornar o Brasil uma nação ao par e passo do desenvolvimento das grandes nações do mundo. Ao mesmo tempo, uma das grandes críticas para o atraso brasileiro é o analfabetismo, que tem como consequência a ignorância política, cívica e higiênica, desembocando assim nos atrasos agrícolas e industriais do nosso país (NAGLE, 2001).

Não só a preocupação com a higiene, mas também a preocupação com a ordem e disciplina. O rígido regime encontrado nos Patronatos³ como função de correção dos meninos é também uma forma de enquadrá-los dentro dos padrões desejáveis e estabelecidos; padrões advindos desde o século XVII.

Mudam-se os tempos e as formas de relações sociais e econômicas, mas permanecem os ideais daqueles que constroem as leis dos sistemas punitivos como forma de adequação social ao sistema capitalista que ainda vigora.

Ao instituir a legislação penal já se encontra a equivalência moral calcada na eficiência e destinação ao trabalho em vez da criminalidade e/ou vadiagem. “Quebrar a mola que anima a representação do crime. Tornar sem força o interesse que a fez nascer. Atrás dos delitos de vadiagem, há a preguiça, é esta que se deve combater” (FOUCAULT, 1999, p. 88).

Diz Foucault (1999) que uma das razões para o estabelecimento de prisões como forma de punição era o motivo econômico. Levantamentos feitos na França mostravam que a maioria dos “malfeitores” não eram os trabalhadores e sim os “vagabundos” e os

mendigos. Percebeu-se, portanto, o problema do ócio e a solução de internar e trabalhar ao mesmo tempo, nascendo às inabaláveis instituições correcionais dos séculos posteriores, assim “transformar a alma e o pensamento” (FOUCAULT, 1999, p. 100).

Quando claramente a sociedade entra em transformação, como no caso do nosso estudo, no pós-abolição, surgem outras necessidades em questão. Os sistemas educacionais refletem as condições sociais, econômicas e políticas da sociedade. O Estado, responsável por este sistema, interfere nas relações de poder da sociedade capitalista. Ao pensar a educação como mercadoria e, contudo também como produção, este faz uma moralização das massas populares. Essa moralização acontece de maneira autopunitiva e autônoma por parte de cada indivíduo que deve se adequar ao coletivo e se conformar socialmente, exigindo colaboração espontânea e fingindo ser liberdade aquilo que impõe através do domínio da sociedade civil.

Esse domínio é exercido através das classes dominantes e dirigentes que não sofrem as mesmas sanções e taxações das classes menos favorecidas. Assim, elaboram os costumes, modos de pensar e atuar, de moralidade, etc. (COSTA, 1984).

Norbert Elias, ao estudar a História dos Costumes europeus, nos mostra como a sociedade vai transformando seus hábitos mais peculiares, mais íntimos e cotidianos. A idéia de civilização surge, a partir do século XVII e XVIII, mudando as práticas daquelas sociedades. Fruto de tempo e lugar específicos, essas transformações ocorrem de maneira lenta e gradual, e passam a mudar o que se considerava certo e errado até a Idade Média. Ao analisar os clássicos da literatura, como Goethe e Eckermann, dentre outros, o autor demonstra que os discursos e construções cotidianas passam a ser percebidos e descritos de maneira a julgar as normas e costumes aceitos até então.

O bom comportamento será analisado através de critérios como linguagem, classe social, atitudes corporais, etc. demonstrando também o contrário, ou seja, o que passa a ser um mau comportamento. Contudo, o autor ressalta que estas mudanças de valores (hábitos de usar garfos, facas, maneiras de se portar de determinado modo, pudores, decências) serão percebidas aos olhos de um observador do século XX e não por padrões higiênicos, que serão enfatizados a partir do surgimento dos grandes centros, ou seja, das sociedades industrializadas com o aumento crescente das zonas urbanas (ELIAS, 1994).

A população faz seus hábitos de acordo com as orientações que lhe são dirigidas e também de acordo com suas possibilidades de sobrevivência, influenciadas pelo meio em que vivem. Quando se inicia, no Brasil, uma crescente urbanização, consequência do crescimento industrial e do êxodo rural, também terá o aumento do que se chamava na época de “desregramento social”. Essa falta de regras é fruto do “desleixo” em que vivem, principalmente, as classes sociais mais pobres.

Essas estão vinculadas a consequências diretas de falta de investimentos que beneficiem os setores trabalhistas. Ainda muito mal remunerados, vivendo em cortiços, vilas e nos becos das cidades são os mais suscetíveis a doenças e aos chamados “vícios”. Essa situação é garantida por um Brasil que se fez República e que pouco se modernizou no sentido de assistência social.

Desde o século XIX, o discurso médico-higiênico já se apresenta no Brasil, mas foi em 1923 que o Regulamento Sanitário criou o Departamento Nacional de Saúde e foi também neste ano que os médicos se reuniram para discutir fatores de higiene no I Congresso Brasileiro de Higiene. No mesmo ano foi fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental, por Gustav Riedel. Em Pelotas, em 1922, já é criado o Instituto de Higiene, visando cuidar de uma série de doenças que estão alardeando a população local através da solução com vacinas, desinfecção de lugares e saneamento. Nos jornais também era comum artigos e publicações envolvendo tal discussão.

Nesses discursos era incisiva a discussão sobre o Eugenismo que tinha como principal característica “melhorar física, mental e racialmente as futuras gerações brasileiras” (COSTA, 1984, p.18), onde o padrão deveria ser os sujeitos fortes, robustos e saudáveis. No Brasil, a divulgação da eugenia foi difundida na década de 20:

Para seus defensores, a eugenia surgiu com o objetivo de qualificar a discussão sobre a higiene. Era necessário que a ciência cuidasse de todos os aspectos da vida em sociedade; para isso, muito além do ordenamento urbano, fundamental era ordenar e disciplinar o uso do corpo, que levaria conseqüentemente a uma maior preocupação com a espécie (GILL, 2007, p. 115).

Com a difusão deste discurso torna-se comum nas escolas o ensino das Ciências Sociais no ensino das disciplinas de Puericultura, Higiene do trabalho e Higiene Social.

2 A higiene e as normas dentro do Patronato Agrícola Visconde da Graça

Os Patronatos foram instituições marcadas pelo regime de internato. Este tipo de regime surgia como alternativa àqueles que moravam em locais distantes das cidades e também àqueles que não tinham onde morar e nem tinham como ter acesso aos estudos. Além disso, serviam mais facilmente a formação do caráter normativo que tais instituições se destinavam.

O regime de internato foi instalado no Brasil através dos Jesuítas, com influência dos internatos clássicos do século XIX que eram os liceus e colégios internos europeus. Conceição (2007), ao estudar a pedagogia do internar na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão em Sergipe, faz uma importante abordagem histórica da instalação dos internatos no Brasil abordando sobre que interesses se orientavam por trás dessa política. Destaca que os internatos vieram com o sentido de “endireitar” meninos e meninas pela ordem social, sendo esta a base do princípio pedagógico. A educação era feita muito mais pelas escolas do que pelas famílias porque dentro destes recintos as crianças estariam livres da grave influência maldosa do mundo externo, das ruas, porém contaminadas também pelo sofrimento das condições precárias em que se encontravam.

Outra importante questão surgida neste momento de efervescência dos internatos como opção para a educação da infância pobre, é a preocupação com a higiene, pois a insalubridade nos internatos e nas cidades leva à necessidade de ater-se ao cuidado de uma grande quantidade de seres que estão aglomerados no mesmo espaço. No Patronato Agrícola Visconde da Graça essa preocupação não é diferente das outras instituições que tem por objetivo a “Pedagogia do Internar”.

Com relação à constituição do Patronato Agrícola Visconde da Graça, podemos notar, através da descrição de Jantzen (1990, p. 82), algumas características referentes aos cuidados com a higiene e também com a disciplina imposta ao corpo, numa clara aceção de formar um corpo saudável e útil para o trabalho através dos cuidados escolares:

A lotação completa do Patronato era, na época de sua criação, de cem alunos. O internato, com ensino profissional agrícola, fornecia também assistência médica e dentária, além de “gymnástica sueca e escotismo”, ambos considerados como “instrução militar”. Temos aí, portanto, uma assistência completa para cuidar e disciplinar o caráter e o corpo dos meninos, tornando-os úteis à sociedade burguesa que se consolidava no Brasil e na região.

Jantzen(1990) continua seu relato sobre o Patronato, trazendo um importante comentário acerca do estabelecimento dessa instituição em Pelotas. Este comentário foi retirado de um livro intitulado: O Ensino em Pelotas. [coletânea de recortes de jornais, almanaques, livros e outras fontes sobre a educação em Pelotas]. Publicado por Norma Mancine, ao qual não tivemos acesso, mas que data de 1928. Transcrevemos, através de Jantzen, as notícias sobre o Patronato:

O patronato é uma instituição que presta edificantes benefícios moraes e materiais aos menores desamparados dispensando-lhes, a par da instrucção elementar e technica e dos salutareos princípios da educação practica nos trabalhos ruraes, confortante assistência medica e dentária.

Defende assim das moléstias do corpo e da perversão dos costumes, de forma altamente meritória, um punhado de jovens rio-grandenses, tornando-os aptos a promoverem sua prosperidade individual e a cooperarem efficazmente no progresso da collectividade.

A instrucção practica dos menores abandonados, desoccupados ou delinqüentes, é o verdadeiro estímulo propulsor do progresso do paiz, da sua futura grandeza e seus mais lídimos e alevantados ideais.

Na época de civilidade a que attingimos, compete aos poderes públicos tomar a seu cargo a educação de tão valiosos elementos, defendendo-os das suggestões nocivas do meio, desenvolvendo sua cultura, esclarecendo seu espírito, educando o seu cérebro, fortalecendo o seu caracter e levantando a sua moral, para aproveitá-los em mister úteis á sociedade afastando-os dos males que os levam a perversão, á mendicância e ao crime.

O delinqüente menor age sob a influência de determinadas circunstancias, accrescidas, em alguns casos, das taras hereditárias; mas geralmente o fator predominante é o exemplo, oriundo de indivíduos moralmente corrompidos, que solicitam de vontade infantil, destituída de malícia, façanhas cuja gravidade muitas vezes o seu espírito não alcança. Desta forma, suas acções são o reflexo daquillo que lhe é suggerido e que procura imitar, sem compreender o mal que pode dimanar de seus actos.

[...]É necessário, pois, organizar, auxiliar e impulsionar esta patriótica cruzada, tendente a incutir no espírito dos menores desamparados, o amor pela virtude e a repulsa pelo ao vicio, o apego ao bem e a repugnância ao mal, a dedicação ao trabalho e a renuncia a ociosidade, robustecendo-lhes a vontade indecisa e titubeante, encaminhando-lhes os sentimentos embryonarios para os bons princípios, cercando-os de cuidado e transmitindo-lhes, enfim úteis ensinamentos, que os transformem em obreiros deligentes da collectividade em que se integram. (sic.) (JANTZEN, 1990, p. 84).

Para entrar no internato a primeira medida adotada era a vacinação de todos os alunos, isto constando na ficha escolar presente no acervo do PAVG. Em alguns casos os alunos levavam atestado médico, geralmente expedido pela Clínica Geral do Dr. Álvaro Barcellos, destacado médico da cidade, atestando as boas condições de saúde dos alunos. Mesmo assim, todos ao entrarem para a escola passavam por avaliações físicas feitas pelo médico do Patronato o que não prevenia de modo total as boas condições de saúde dos internos, pois como consta em uma ficha analisada, o menor X⁴, além de atestar várias faltas nas sabatinas, também faltou durante todo o mês de julho, agosto e outubro (provavelmente por motivos de saúde). Entrou no Patronato em 11 de outubro de 1923 e

desligou-se da escola em 13 de setembro de 1927 por motivo de falecimento em função de meningite. Os pais já eram ambos falecidos e este antes de morrer foi isolado no “Isolamento Municipal”. O menino entrou para escola com 10 anos de idade e morreu aos 14 anos.

Até os anos finais do século XIX o charque trará à cidade uma efetiva movimentação econômica que dele deriva. Nesse período chegam a existir 40 charqueadas produtivas e nos anos de 1919 funcionaram somente 5 charqueadas. O motivo de tal decréscimo na sua produção foi principalmente, a expansão dos frigoríficos, no período posterior a I Guerra Mundial e a falta do seu consumidor mais efetivo, que era o escravo.

Contudo, frutos há que se ter em Pelotas, desse áureo período: além das indústrias que passaram a modificar e aumentar a zona urbana, também uma modernização, com déficit muito grande de uma estrutura de sustentação:

A nova estrutura criada era, no entanto, muito deficitária, como mostram as notícias constantes sobre problemas na iluminação pública a gás, no fornecimento de água e na questão do esgoto, que mesmo com a aprovação do projeto divulgado ainda em 1887, terá a construção só efetivada, em parte, em 1913 (GILL, 2007, p. 40).

De acordo com Gill (2007), essas condições precárias irão favorecer o surgimento das doenças na cidade.

Em 1890, o número de enfermidades crescia e a população sofria com as péssimas condições sanitárias. Se, até mesmo os ricos eram atingidos por doenças, os pobres estavam fadados ao seu contágio, pois moravam nas piores moradias, as mais insalubres e em péssimas condições de higiene. Peste bubônica, varíola, febre tifóide e gripe espanhola eram as doenças mais incidentes na cidade. Para o tratamento dessas doenças foram tomadas as seguintes medidas: Contra a varíola a abertura do Lazareto dos Variolosos⁵ e vacinações; para a peste bubônica o município providenciou vacinas, soro antipestoso, desinfecções de casas suspeitas e isolamento das vítimas. “Recomendavam também a vigilância sobre as águas, os portos, a extinção dos ratos, e a divisão da cidade em zonas, que seriam visitadas por médicos, investidos de poder de autoridade sanitária, sendo para isso nomeados pelo Delegado de Higiene” (GILL, 2007, p. 54). Essa peste apareceu em 1899, 1919 e 1921. A febre tifóide aparecia relacionada às águas e contagiou uma média anual de 34 pessoas entre 1891 e 1916. Para solucionar essa endemia, o município investiu, mesmo de forma precária, em rede de esgotos e suprimento de água potável filtrada. Em 1918, o forte das preocupações sanitárias foram os casos letais de gripe espanhola (O número de mortos pesquisado pela autora variou de 353 oficiais até mais de mil noticiados pelos jornais). A prestação de serviços à gripe foi feita através do isolamento temporário, de visitas auxiliares às casas com suspeitas da doença. A tuberculose é uma das doenças, que segundo Gill, mais atingiu a população da cidade, por se constituir em algo que afetava as pessoas permanentemente, de modo que não aconteciam surtos em épocas específicas como as outras doenças, mas sim, permaneceu como realidade diária no cotidiano dos pelotenses durante as 4 décadas pesquisadas pela autora.

No Patronato Agrícola Visconde da Graça, o cuidado maior foi com a febre tifóide e com a varíola. Mesmo que a preocupação com a higiene fosse diária, ao entrar na instituição, se o aluno não tinha sido vacinado ainda contra essas doenças, o médico da instituição o fazia. Aliás, o simples fato dessa instituição educativa possuir um médico próprio já se torna algo significativo diante do discurso médico posto em questão. Uma escola, de tamanho porte e significação moral dentro da sociedade pelotense, não poderia se constituir sem aquele a quem pudessem recorrer os enfermos da escola. Segundo os

discursos vigentes sobre a medicina, o médico se constitui enquanto um educador, figura essencial que além de curar é capaz de conduzir a todos e a cada um, orientando a vida privada, individual, pública e coletiva, portanto, necessária dentro das escolas desse período. Assim, o médico era responsável pela inspeção e o discurso produzia a necessidade do ensino de higiene.

A medicina vinha a cumprir um papel fundamentalmente preventivo. As doenças da civilização moderna ofereciam um campo enorme para as ações sanitárias. Os médicos apresentaram-se como uma espécie de mediadores, aqueles que, propondo medidas de ordenamento do espaço e purificação do meio, conduziram a uma sociedade sadia e positivamente civilizada. A degeneração poderia ser contornada. A enfermidade dos corpos e da sociedade cederia lugar à saúde e à vida. Fazia-se mister, contudo, garantir o espaço para a atuação educativa e saneadora da medicina [...] A educação aparecerá como aquela tarefa afinada com a missão da medicina preventiva. Mas à medicina social, profilática por excelência, incumbiam também ações corretivas e ortopédicas (STEPHANOU, 2005, p. 148).

Essas práticas educativas tão comuns, se formos pensar a nossa atualidade, têm uma história focada em um dado momento histórico da nossa sociedade, onde se constitui enquanto algo que passará a ser utilizado corriqueiramente nos ambientes escolares. Contudo, temos de nos perguntar se o simples hábito da vacinação dentro das escolas, ou seja, de vincular medicina e educação é uma prática apenas preventiva dos males epidêmicos que surgiam, devido a uma movimentação urbana e econômica vinculada às pestes, ou se era uma prática que em si, objetivava atingir mais do que uma prevenção, mais do que uma cura, objetivava incutir hábitos e constituir formas de agir e pensar através do ambiente institucional que era a escola? Dois discursos que surgem de maneira forte e concomitante no início do século XX: medicina e combate ao analfabetismo.

Observamos nos exemplos das epidemias citadas anteriormente que a sociedade ainda não havia construído uma consciência a propósito da importância de hábitos saudáveis, higiênicos e saudáveis. Esse discurso será produzido pelo corpo de médicos que discutem e apelam para a formação de uma moralização do sujeito, auto regulação de sua conduta e nada melhor do que um ambiente de instrução e formação para lidar com os males da urbanização crescente. O discurso eugenista se traduz na prática escolar como formação de sujeitos fortes, saudáveis e hábeis, “raças superiores” que se formarão por maneira “consciente” e não mais por coerção, leis e penalidades.

As construções dos prédios e as instalações escolares também se faziam diante dos parâmetros sanitários. Em nota de inauguração do PAVG, o jornal de maior circulação na cidade de Pelotas (mantido como tal até hoje) assim noticia as instalações da escola: “É ele dotado [o PAVG] de 6 grandes pavilhões de sólida construção, oferecendo todos os recursos de higiene e conforto. São os mesmos para a secretaria e Almoxarifado, aulas, dormitórios com 100 camas, sanitários, refeitórios” (DIÁRIO POPULAR, 16 de outubro de 1923).

Além do investimento em boas construções do Patronato, também havia o investimento nas questões higiênicas e num padrão comportamental exigido pela sociedade e ideal para as crianças que entravam para a escola, tornando-as, assim, “úteis à sociedade”. Como atingir a meta de um comportamento ideal?

Em primeiro lugar, o aluno para ingressar no Patronato deveria fazer o seguinte procedimento, segundo nota do Diário Popular e segundo consta nas fichas dos alunos do PAVG.

Como convém esclarecer os interessados sobre a maneira porque se devem dirigir ao Dr. Antonio Soares Paiva, actual director do “Patronato” resumidos abaixo as formalidades necessárias a matricula naquele instituto:

Requerimento ao Sr. Director do Serviço de Povoamento, assinado pelos pais e na falta, pelos tutores, parentes ou protetores, certidão de idade, e, em sua falta, atestado firmado por duas pessoas idôneas.

Atestado de sanidade e de vacina.

Atestado de boa conduta, firmado pela delegacia de polícia.

Atestado de óbito dos pais, genitor falecido;

No caso de incapacidade moral dos pais, tutores ou protetores, atestado sobre os mesmos, firmado por duas pessoas idôneas.

Todos esses documentos levam estampilha federal.

Também na directoria geral do município serão prestadas informações sobre a matrícula ou outros quaisquer estabelecimentos.

(DIÁRIO POPULAR, 07/09/1923).

Ao mesmo tempo, nas fichas dos alunos que passaram pela escola no período estudado, conforme as exigências mostradas acima pelo jornal, assim apareciam:

O menor de número 2⁶, que possuía as iniciais J.D.F, entrou para a escola em 1923, ano da inauguração desta instituição e saiu somente em 1930. Possuía 6 anos e era de cor parda. Em sua ficha, consta o seguinte atestado:

Ofício:

Ilmo Sr. Director do Serviço de Povoamento Maria A., serviçal doméstica, residente nesta cidade no lugar denominado Guabiroba, não tendo os recursos necessários para educar o menor J.D.A, seu filho, como procura provar com o atestado junto, vem solicitar que vos digneis mandar interná-lo em um dos Patronatos Agrícolas, a cargo desta directoria, juntando para este fim, os documentos exigidos pelas disposições regulamentares em vigor.

Nestes termos.

E.D. A mãe não sabe ler nem escrever. Junto atestado de pobreza pela Secretaria de Sub Intendência. (ARQUIVO DA ESCOLAR).

Consta ainda, em outra ficha a seguinte documentação exigida do menor, A.P, que entrou para a escola no ano de 1926, com 12 anos de idade, filho de pai ignorado, ingressando sob o número 16. A data de saída não consta em sua ficha. Estando o menor sob a tutela de outrem, o seu tutor, L. F, pede ao delegado de polícia da cidade de Herval, origem de ambos, que ateste se o menor é delinqüente ou não e se possui rendimentos para a sua educação. Assim, em 22 de janeiro de 1934, o delegado de polícia de Herval, expede atestado dizendo que o seguinte:

Atestado:

Atesto para fins de direito que revendo o arquivo da delegacia, nele nada encontrei em desabono a conduta do menor A.P, não é delinqüente e que o mesmo não tem recursos para sua educação.

Herval, 22 de janeiro de 1934.

Delegado de Polícia.
(ARQUIVO ESCOLAR).

Os dados acima referidos não estavam explícitos em todas as fichas dos alunos, porém, certamente foram exigidos, pois em algumas fichas constatamos que as documentações já não foram mais preservadas no acervo da escola.

Segundo dicionário de língua portuguesa a palavra delinqüente possui como sinônimo “pessoa que cometeu um delito”. Assim, a escola era destinada para órfãos, mas devido às regras morais da sociedade também excluía determinadas pessoas que não estivessem nos padrões exigidos. Aqui tem-se uma exceção aos discursos produzidos até então com relação a instituições destinadas a órfãos: os delinqüentes, ao contrário do que se pensa, conforme até mesmo citação de Jantzen (1990) acima, não eram aceitos nesta instituição. Ou mostravam já possuir bom comportamento fora da escola ou nela não entrariam.

O menor de número 73, D.B.O, foi matriculado em 1923 e saiu somente no ano de 1930, ficando 7 anos na escola. Em anexo a sua ficha, encontramos ofício do Instituto de Higiene de Pelotas, sob o nº 829, da seção de vacina anti-rábica, certificando que o menor “Fez o tratamento da raiva neste estabelecimento, segundo o methodo pasteuriano, do dia 12 de setembro de 1927 até o dia 6 de outubro do mesmo ano”. Parece que neste caso, o menor que havia entrado para a escola em 1923 teve de sair para fazer o tratamento com relação à doença especificada acima, ou seja, depois de entrar para a Instituição, a escola deveria arcar com o tratamento daqueles que ali estavam.

Ainda, num outro caso, o menor J.C.B, de número 71, entrou para a escola em 1928 e saiu em 1933. Natural de Jaguarão, com 10 anos de idade, órfão de pai, trouxe o seguinte atestado: “Attesto que J.C.B, com 10 anos de idade, côr mixta, natural deste Estado, filho de Maria Eugênea B., não soffre actualmente nenhuma doença infecto contagiosa. Jaguarão, 23 de maio de 1928”. Aqui já notamos uma diferença com relação à medida anterior: antes de entrar para a escola os menores deveriam ser sadios.

Lá estando tinham aulas de escoteirismo, tomavam banhos frios e tinham um cotidiano bem árduo, envolto entre os estudos, as aulas práticas de agricultura e as aulas das disciplinas regulares. Também praticavam aulas de Educação Física, com base na ginástica sueca, prática rigorosa, embasada nos padrões eugenistas e ainda deveriam cumprir suas obrigações dentro dos dormitórios, mantendo-os limpos e asseados. Alguns alunos inclusive trabalhavam no refeitório produzindo a própria alimentação.

Conclusão

Através do exposto acima podemos notar que para ingressar no Patronato Agrícola Visconde da Graça, os alunos deveriam ser pobres, órfãos, livres de doenças, sadios e comprovadamente idôneos em sua conduta. Como era uma instituição desenvolvida para órfãos, no entanto, eliminava, conforme o discurso e a prática dos educadores envolvidos no ensino, àqueles que não eram sadios, pois não iriam conseguir o Atestado de Saúde exigido para entrar na escola. Ao mesmo tempo, notamos que o jornal local mais popular da cidade, o Diário Popular, corriqueiramente noticiava sobre o Patronato, mostrando que a instituição era importante para conservação das normas e costumes padronizados para os pobres órfãos da sociedade. Para ter direito a desfrutar da instituição os pais ou responsáveis pelos alunos deveriam atestar sua pobreza e idoneidade, mostrando claramente a que parcela da população era destinada essa escola e também qual era o perfil

daqueles que nela poderiam ingressar, ou seja, meninos órfãos, pobres e de boa conduta. Contraditoriamente ao que era apregoado nos jornais, a instituição não era destinada àqueles que possuíam algum antecedente criminal, ou seja, os delinquentes; estes provavelmente se destinavam aos Institutos de Assistência, que nesta época já não possuíam a mesma orientação de uma instituição destinada ao ensino.

Uma outra conclusão é a forte relação existente nessa instituição com o discurso higienista e eugenista proferido na época: os alunos viviam, na prática, os discursos médicos que eram colocados como solução para os problemas do atraso brasileiro e também para os problemas do inchaço urbano e das doenças causadas pela pobreza e pela falta de condições de saúde e pelos precários investimentos em políticas públicas por parte do Estado.

Nesse momento a saúde e a educação da criança passam a ser explicitamente assunto do Estado e não fica mais somente ao encargo da família. Agora civilizar as crianças carentes, pobres, é também uma forma de conseguir unir o Brasil à necessidade de acompanhar os avanços tecnológicos e produtivos dos países modernizados. Logo, os Patronatos surgem com esse duplo sentido: civilizar o pobre e formar o trabalhador do campo, suficientemente inteligente para obedecer.

Referências

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967)*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Sergipe no ano de 2007.

COSTA, N.R. Estado, Educação e Saúde: a higiene da vida cotidiana. *Caderno do Cedes*, n. 4. São Paulo: Ed. Cortez, 1984.

DIÁRIO POPULAR, 1923.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 v.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 20 ed. Petrópolis. Ed.Vozes: 1999.

FLECK, E.C.D. & KORNDORFER A.P. *Infância, Violência Urbana e Saúde Pública*. In: GOLIN, T. & BOEIRA, N. (Orgs.). *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3 t.2.

GILL, L. A. *O Mal do Século: Tuberculose, Tuberculosos e Políticas de Saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Educat, 2007.

GONDRA, J.G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, E.M.T. et. al. *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

JANTZEN, S. A. D. *A ilustre pelotense: Tradição e Modernidade em Conflito. Um Estudo Histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização*. Dissertação de Mestrado defendida na UFRGS, 1990.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na primeira República*. 2 ed. Ed. DP&A, 2001.

PAIVA, V. P. *Educação Popular e Educação de Adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo: Ed. Loyola, 1973.

SANTOS, N. M. W. *Práticas de Saúde, Práticas de Vida*. In: GOLIN, T. & BOEIRA, N. (Orgs.). *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3 t. 2.

STEPHANOU, M. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, M. & BASTOS, M.H.C. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. III: século XX*. Petrópolis: Vozes: 2005, p. 142-164.

¹ Este artigo faz parte de pesquisa de Mestrado auxiliada pela CAPES para realização da mesma.

² No início do século XX há um movimento insurgente em torno da educação, objetivando que a educação chegasse ao povo em geral. Os autores chamados Escolanovistas defendiam uma educação mais crítica e menos libertária, de caráter público, gratuito, obrigatório, universal, e leigo, incluindo ser este um dever do Estado. O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi escrito em 1932 e assinado por escritores relevantes no Brasil, dentre eles, Cecília Meireles, Afrânio Peixoto, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira.

³ Os Patronatos foram instituições criadas no Brasil para dar destino aos órfãos das cidades e também sanar os problemas agrícolas tão declarados nos discursos parlamentares e científicos, preocupados com um país atrasado e analfabeto.

⁴ Utilizarei aqui os codinomes em forma de letras ou números para denominar os alunos que citarei. Esta medida foi tomada por mim por ser alertada pela mesma instituição da impossibilidade de citar nome de alunos, pois deveria preservar a identidade dos mesmos.

⁵ O Lazareto dos Variolosos foi um lugar destinado a tratar daqueles doentes que tivessem com varíola, a fim de evitar contágios da doença. Contudo, no estudo de Gill (2007, p. 52), a autora não conseguiu identificar quantas instituições desse tipo houveram e nem em quais lugares da cidade funcionaram.

⁶ Os alunos ao entrarem para a escola não eram chamados por seus nomes e sim pelos seus números de matrícula, uma prática comum em instituições disciplinares, como o exército.

Artigo recebido em: 21/08/2009

Aprovado para publicação em: 23/01/2010